

PORTARIA Nº 3064, de 5 de novembro de 1998

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Programa Tecnológico, que integra o Plano de Gestão 1996-2000, no que se refere ao desenvolvimento de um modelo de gestão de ciência e tecnologia, que viabilize a transferência de conhecimento técnico-científico para a sociedade, e

considerando a necessidade de valorizar a atividade criativa desenvolvida no âmbito da UFRGS;

considerando a necessidade de definir e regular uma política de proteção aos resultados das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores da Universidade;

considerando também a necessidade de fixar critérios para a participação dos pesquisadores nos proventos obtidos com a transferência de tecnologia e licenciamento de patentes;

considerando, ainda, a Lei nº 9.279, de 14/05/96, o Decreto nº 2.553, de 16/04/98 e a Portaria nº 88, de 23/04/98, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que regulam os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial no país;

considerando que o registro da propriedade industrial se constitui num patrimônio inestimável e que a comercialização de patentes se constitui numa potencial fonte de recursos adicionais para a Universidade; e

considerando, finalmente, o que consta no processo nº 23078.022189/98-61,

#### R E S O L V E:

estabelecer regras para a transferência de tecnologia e registro da propriedade industrial no âmbito da UFRGS, com base nos seguintes critérios:

Art. 1º - A presente Portaria rege todos os aspectos relacionados com a propriedade, transferência e gestão dos direitos de propriedade industrial inerentes ou vinculados à criação ou produção científica e tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

§ 1º - Para os efeitos desta Portaria, entende-se por “diretos de propriedade industrial” as patentes de invenção, os modelos de utilidade ou os modelos e desenhos industriais, as marcas, os direitos sobre as informações não divulgadas, bem como os direitos decorrentes de outros sistemas de

proteção de propriedade industrial existentes ou que venham a ser adotados pela lei brasileira.

§ 2º - Por “criação ou produção científica ou tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, entende-se aquelas atividades realizadas por:

- a) pesquisadores e técnicos, que tenham um vínculo permanente ou eventual com a universidade, no exercício de seu contrato de trabalho, sempre que sua criação ou produção tenha sido resultado de um projeto de pesquisa ou de desenvolvimento aprovado pelos órgãos competentes da instituição, ou desenvolvido mediante o emprego de recursos, dados, meios, informações e equipamentos da Universidade e/ou realizados durante o horário de trabalho;
- b) alunos que realizem atividades de pesquisa ou de desenvolvimento como consequência de atividades curriculares de graduação ou de pós-graduação na Universidade, ou que decorram de acordos específicos e contratos de prestação de serviços;
- c) demais pesquisadores, cuja situação não esteja contemplada nos itens anteriores, que realizem suas atividades de pesquisa ou de desenvolvimento na Universidade.

§ 3º - Todas as pessoas referidas no parágrafo anterior comunicarão à Universidade suas invenções e criações industriais, obrigando-se, na defesa do interesse da Universidade, a manterem confidencialidade sobre as mesmas e a apoiarem a Universidade nas atividades de registro da propriedade industrial.

§ 4º - A obrigação de confidencialidade prevista no parágrafo anterior se estende a todo o pessoal envolvido no processo até a data de obtenção do privilégio.

Art. 2º - Serão propriedade exclusiva da UFRGS os inventos, os modelos de utilidade, os modelos e desenhos industriais, as marcas, os direitos sobre as informações não divulgadas, bem como os direitos decorrentes de outros sistemas de proteção de propriedade industrial existentes ou que venham a ser adotados pela lei brasileira, desenvolvidos no âmbito da Universidade, desde que decorram da aplicação de recursos humanos, orçamentários e/ou de utilização de recursos dados, meios, informações e equipamentos da Universidade e/ou realizados durante o horário de trabalho, independentemente da natureza do vínculo existente entre esta e o inventor.

§ 1º - O direito de propriedade mencionado no *caput* poderá ser exercido em conjunto com outras instituições participantes do projeto gerador do invento, desde que, no documento contratual celebrado pelos participantes, tenha havido expressa previsão de co-participação na propriedade.

§ 2º - A Universidade se incumbirá da formalização, encaminhamento e acompanhamento dos pedidos da UFRGS junto ao Instituto Nacional de

Propriedade Industrial (INPI) e a outros órgãos encarregados de registrar a propriedade industrial no país e no exterior. Para tanto, poderá contratar escritórios especializados em propriedade industrial.

§ 3º - A UFRGS adiantará as despesas decorrentes do depósito e processamento dos pedidos de seu interesse, observado o disposto no parágrafo seguinte:

§ 4º - As despesas de depósito ou registro de pedido de proteção da propriedade industrial, os encargos periódicos de manutenção da proteção da propriedade industrial, bem como quaisquer encargos administrativos e judiciais serão deduzidos do valor total dos ganhos econômicos a serem compartilhados nos termos do Art. 4º desta Portaria.

Art. 3º - Caberá à UFRGS, na medida do seu interesse, apoiar a transferência de tecnologias desenvolvidas em suas unidades universitárias, estimular o patenteamento das invenções e registro das demais criações industriais e promover a exploração econômica de inventos de sua propriedade, realizar o marketing das invenções, e negociar licenças.

§ 1º - A análise do interesse da Universidade no registro da patente, deverá levar em conta a viabilidade econômica do produto ou do processo desenvolvido pelo pesquisador.

§ 2º - Quando o resultado do estudo da viabilidade econômica apontar para a não utilização da invenção ou outra criação, a Universidade renuncia ao direito de requerer o respectivo registro, cedendo gratuitamente ao pesquisador o direito de fazê-lo em seu nome.

§ 3º - A UFRGS poderá transferir, vender, licenciar ou realizar qualquer forma de acordo com terceiros, visando à exploração de sua propriedade industrial, observados na hipótese do Parágrafo 1º, do art. 2º, os limites de sua co-participação.

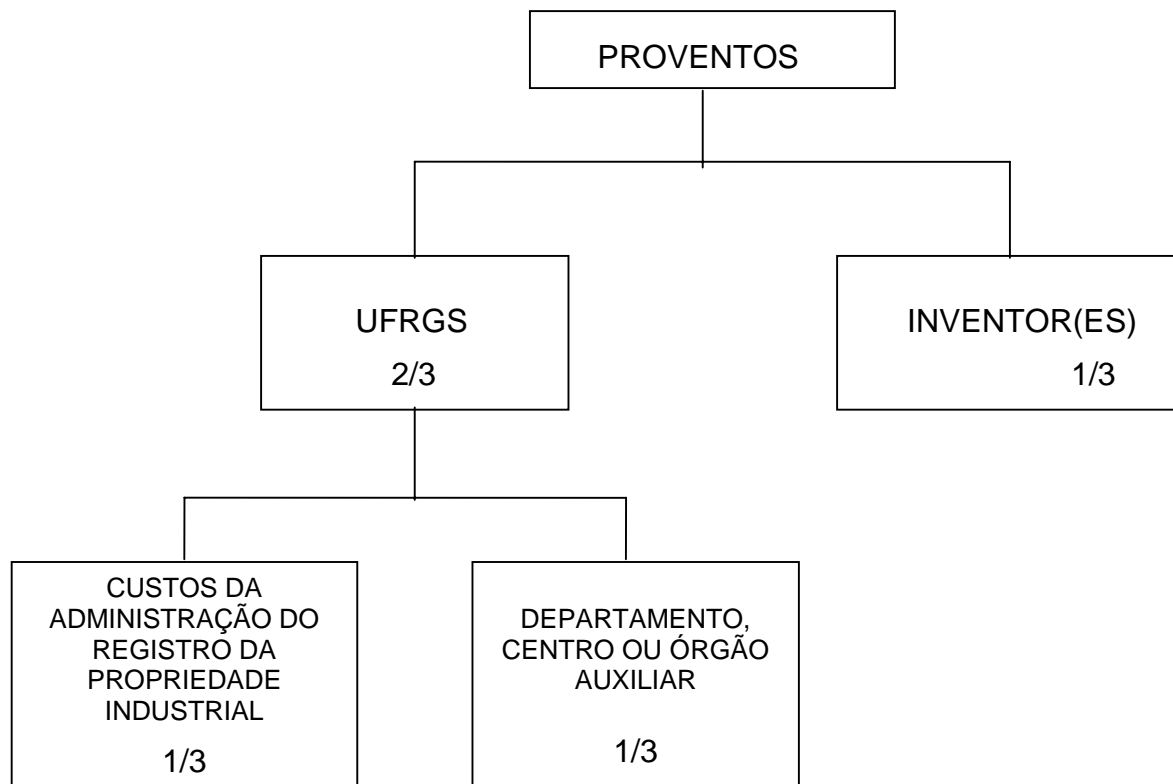
Art. 4º - Os rendimentos líquidos efetivamente auferidos da transferência de tecnologia e da exploração econômica de inventos e conexos, pela UFRGS, sob a forma de *royalties*, participação regulada por convênios ou contratos, lucros de exploração direta, ou outras formas, obedecerão aos limites estabelecidos pelo Parágrafo 2º do Art. 3º do Decreto nº 2.553, de 16/04/98.

Art. 5º - Ao servidor da UFRGS, qualquer que seja seu vínculo e seu regime de trabalho, que desenvolver invenção ou criação industrial, será assegurada, a título de incentivo, durante toda a vigência da patente ou do registro, premiação de parcela do valor das vantagens auferidas pela UFRGS com a exploração da patente ou do registro.

§ 1º - A premiação a que se refere este Artigo, será de um terço do valor das vantagens auferidas pela UFRGS com a exploração da patente ou do registro.

§ 2º - Esta premiação não se incorpora, a qualquer título, aos salários ou aos vencimentos dos servidores.

§ 3º - Dos restantes dois terços que cabem à UFRGS, um terço será alocado ao Departamento, ao Centro ou ao Órgão Auxiliar, onde o invento foi desenvolvido, e um terço será destinado ao custeio das despesas de registro da propriedade industrial e de sua manutenção.



Art. 6º - Nos casos em que a UFRGS firmar contratos de transferência de tecnologia, caberá ao(s) inventor(es) a prioridade na prestação de assistência técnica e científica.

Art. 7º - Recomenda-se que antes da publicação dos resultados de projetos, pesquisas, estudos ou inventos realizados na UFRGS sejam tomadas as providências necessárias para garantir o privilégio destes, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º - Os contratos, convênios, acordos e ajustes em que a Universidade participar com o objetivo de pesquisa e desenvolvimento, conterão,

obrigatoriamente, cláusulas reguladoras de propriedade industrial, obedecidos os termos e condições desta Portaria.

Art. 9º - As normas para registro dos direitos de autor e direitos conexos serão objeto de Portaria específica.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

(Ass.) Wrana Maria Panizzi  
Reitora